

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 756, DE 2011

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental*, consolidando a Emenda nº 2 – Plen e a Subemenda da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à Emenda nº 3 – Plen, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 11 de agosto de 2011.

ANEXO AO PARECER Nº 756, DE 2011.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007.

Acrescenta art. 26-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todas as etapas e modalidades da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

“Art. 26-B. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) será obrigatória para todos os estudantes surdos como língua de comunicação, em todos os níveis e modalidades da educação básica, nas instituições públicas e privadas de ensino.

Parágrafo único. As condições de oferta do ensino da Libras serão definidas em regulamento dos sistemas de ensino, os quais disporão sobre:

I – a necessidade de professores bilíngues, de tradutores e intérpretes, e de tecnologias de comunicação em Libras;

II – o acesso da comunidade estudantil ouvinte e dos pais de alunos com deficiência auditiva ao aprendizado da Libras.”

Art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino cumpram as exigências estabelecidas no art. 1º é de 3 (três) anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.